

PROJETO SURUI

1- Localização e histórico do grupo

Os Surui, pertencentes ao tronco linguístico Tupi, estão localizados na região do curso médio do rio Tocantins, a 120 km ao sul da cidade de Marabá, no estado do Pará (sudeste). Situados entre os igarapés Gameleira (afluente do rio Araguaia) e Grotão dos Caboclos (um dos formadores do rio Sororó que é, por sua vez, afluente do rio Itacaiunas, um dos principais tributários do rio Tocantins, pela margem esquerda), os Surui permaneceram exatamente em seu território tradicional, deslocando a aldeia quantas vezes foram necessárias, ao se refugiarem das guerras com outros grupos tribais e, posteriormente, das pressões exercidas pela sociedade nacional.

Segundo o Prof. Roque Laraia, autor dos únicos trabalhos publicados sobre os Surui, tradicionalmente eles tiveram aldeia à margem esquerda do baixo Araguaia, de onde se deslocaram devido a guerras com os Karajá, refugiando-se na mata. Posteriormente, as guerras com os grupos Kaiapó, inimigos tradicionais dos Surui, levaram a muitas mortes entre estes últimos.

Em 1961, Laraia contou apenas 40 índios Surui, os únicos que sobreviveram às diversas epidemias de gripe e outras moléstias advindas com o contato, responsáveis pela enorme depopulação sofrida pelo grupo. Basta observar que em 1953, época do contato efetivo do grupo com um missionário dominicano da Prelazia de Marabá, os Surui contavam com uma população estimada em cerca de 100 pessoas (cf. Laraia e Da Matta, Índios e Castanheiros, a empresa extrativa e os índios no médio Tocantins, 1967, p. 29). Este período foi marcado por profundas alterações na organização sócio-político-religiosa da sociedade Surui, o que é constatado ainda atualmente pela desestruturação dos vários grupos exogâmicos patri-lineares (clãs) em que se segmentam.

Mas foram fatores econômicos de uma mesma ordem, decorrentes da atividade extrativista - garimpos de cristal

de rocha no baixo Araguaia e exploração intensiva de castanha-do-Pará nas matas do alto Tocantins - que, no início da década de 1940 estimularam a penetração de neo-brasileiros nas áreas indígenas daquela região. Foi quando os então aventureiros - hoje grandes proprietários de terras nas redondezas - começaram a se estabelecer e, disputando castanhais no território Surui, passaram a empreender expedições de extermínio ao grupo, com emboscadas e incendiamento de suas aldeias.

Por volta de 1947, quando os coletores de castanha estabeleceram uma "colocação" - ponto de concentração de castanheiras, na mata, onde em geral se constrói um abrigo, para fins de exploração - no local denominado "Cajueiro", próximo de uma antiga aldeia, os índios tentaram uma aproximação. O "proprietário" do castanhal e seus empregados abriram fogo contra os índios, ferindo alguns deles. Data desta mesma época a primeira mudança para a localização atual.

Em 1952, o frei Gil Gomes Leitão realizou a primeira tentativa de contato com os Surui. Partiu com alguns homens de Xambioá, no Araguaia e, ao chegar à aldeia, encontrou-a deserta. Os índios teriam pressentido a sua aproximação e, receosos, refugiaram-se mais uma vez na mata. Vários presentes foram deixados na aldeia abandonada. Alguns dias mais tarde, os Surui fizeram incursões em três casas de sertanejos, próximos ao igarapé Xambioá, onde deixaram jabutis, bananas e adornos plumários, retribuição esta que causou um certo pânico na área.

No ano seguinte, frei Gil conseguiu o seu primeiro contato com a população Surui, que o aguardava na aldeia. No entanto - e estes fatos foram por ele mesmo relatados - não lhe foi permitido pernoitar na aldeia, o que só conseguiu em 1960. Visitava anualmente os índios, levando inúmeros presentes e medicamentos. E durante muito tempo, a assistência aos Surui foi prestada pelo missionário dominicano, diante da total ausência de agentes do antigo Serviço de Proteção ao Índio. Só em 1973, a Fundação Nacional do Índio instalou na área o Posto Indígena Sororó (atualmente em abandono).

As invasões no território Surui eram frequentes nos períodos de ausência do missionário. Os contatos com os regionais, recebidos com ilimitada confiança pelos Surui após a morte de seu antigo chefe (ocorrida em abril de 1960), foram marcados por epidemias de varíola, varicela e gripe. Os Surui passaram a imitá-los efetivamente, com o uso de roupas, o corte dos cabelos e a construção das casas, desfigurando o padrão tradicional de uma única moradia, abrigando famílias extensas. Já a aldeia encontrada pelo missionário no primeiro contato possuía duas casas, no estilo regional.

Para evitar novas invasões, o frei levou para a área um casal de regionais, que construíram um rancho a 3km da aldeia e lá permaneceram até 1965. Neste período os Surui puderam retomar, ainda que temporariamente, alguns de seus costumes tradicionais. A habitação do tipo regional foi destruída, alguns homens deixaram crescer os cabelos novamente e o grupo voltou a plantar uma grande roça que produziu bons resultados em 1961.

Com a ocupação da região, a partir de meados da década de 60, por uma população de posseiros expulsos de diversas áreas do país - interior de Goiás, Maranhão, Piauí, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais - o contato dos Surui com estes regionais foi se intensificando. A sua subsistência passou a depender, quase que exclusivamente, das trocas e pequenos negócios que com eles realizavam, como as plantações de mandioca e a fabricação de farinha através da "meia".

Até então, o acesso a esta área se dava por trilhas na mata e pelos igarapés, na época das chuvas. Em 1972, com a eclosão do movimento guerrilheiro na região, o Exército exigiu a abertura de rodovias operacionais, partindo da Transamazônica em direção ao rio Araguaia. Uma destas estradas, a OP-2, cortou então uma das extremidades do território Surui, pelo leste, de norte a sul.

Os conflitos existentes entre os Surui e os kamará ("civilizados", "brancos") são decorrentes, evidentemente, da disputa pelo território tribal. A tensão tende a aumentar durante a época da safra de castanha (período das chuvas, de dezembro a maio), quando os dois grandes proprietários vizinhos invadem as "colocações" de castanha a norte e a noroeste da

área indígena.

Em 1969, o mesmo frei Gil conseguiu obter um decreto presidencial que interditava, em caráter provisório, uma área exígua para o confinamento dos Surui, antes que perdessem completamente seu território. As pressões constantes que o missionário vinha sofrendo por parte daqueles latifundiários exatamente ligadas à questão do território Surui resultaram numa delimitação (conforme o decreto) que excluía aqueles grandes castanhais da área indígena, porção considerada em litígio desde então. Exatamente neste local encontram-se roças antigas dos Surui, bem como cemitérios e aldeias abandonadas.

Durante todo este período, a ira e o descontentamento dos índios Surui voltaram-se não para os pequenos proprietários, coletores de castanha e outros kamará igualmente sem recursos que habitam a região, mas sim para os grandes proprietários vizinhos. Sem assistência sistemática, sem castanhais e sem terra, os Surui se identificavam e passaram a ser identificados enquanto "pobres" pela população regional, equiparando-se aos seus vizinhos, posseiros em geral, com quem passaram a estabelecer relações de compadrio.

2 - Situação atual

Em 1973, conforme mencionado anteriormente, a FUNAI instalou o Posto Indígena Sororó na área mantendo ali, não regularmente, um chefe de Posto, um atendente de enfermagem e um trabalhador braçal, funções que não raras vezes eram acumuladas sobre uma única pessoa.

Nesta mesma época, algumas promessas de revisão do decreto de 1969 para a ampliação do território lhes foram feitas - e não cumpridas - por elementos das Forças Armadas, como "recompensa" pelo auxílio no combate ao movimento guerrilheiro do Araguaia que então se deflagrava na região.

E com a instalação do Posto Indígena, os Surui também foram) engajados no sistema de produção de castanha mantido pela Delegacia Regional da FUNAI em Belém, que utiliza as populações indígenas que habitam em áreas produtoras (regiões do médio Tocantins e médio Xingu) enquanto simples mão-de-obra para a coleta. De acordo com esta sistemática, a uni

dade administrativa regional do órgão tutelar é responsável pela comercialização e distribuição da renda auferida, que não ocorre segundo as necessidades apontadas pelas próprias comunidades indígenas produtoras, e sim tendo em vista melhorias da infra-estrutura do Posto (construções em alvenaria, em geral).

Assim, a manipulação de estereótipos em relação aos Surui - "preguiçosos", "que precisam aprender a trabalhar" - por parte dos agentes do órgão tutelar levou à imposição do trabalho na coleta da castanha, prática de cunho autoritário e paternalista que tenderia então a eliminar aqueles estereótipos, tornando-os "trabalhadores".

A revisão do antigo decreto de interdição da área Surui foi iniciada a partir de 1975 e intensificada no ano seguinte, quando então a antropóloga Iara Ferraz coordenava o chamado "Plano Integrado de Desenvolvimento Comunitário Gavião-Surui", através da FUNAI. Na época, vários mapas detalhados do território tradicional foram elaborados pelos próprios Surui e encaminhados à cúpula do órgão tutelar, em Brasília, enquanto proposta definitiva para a nova demarcação de suas terras. Só em meados de 1977 a FUNAI instaura na Justiça um processo de reintegração de posse aos Surui e, em 1978, apesar das fortes pressões exercidas pelos grandes proprietários invasores, o antigo decreto foi revogado com a ampliação do território Surui, através de um dispositivo interno à FUNAI, que não requer decreto presidencial. Ao final daquele mesmo ano foi concluída a demarcação da área de acordo com os limites mínimos requeridos pelos próprios índios, abrangendo os grandes castanhais e parte da área de antigas aldeias.

O estímulo à produção de castanha era algo que já não fazia mais sentido para os Surui. Por um lado, isto se prendia ao fato de os maiores castanhais serem sistematicamente invadidos pelos grandes proprietários vizinhos durante a época da safra (que ocupavam assim dois terços da área indígena) e a produção obtida pelos Surui nunca ultrapassava cerca de 300 hectolitros de castanha. Por outro lado, e principalmente, a insatisfação em entregar a produção à FUNAI

para serem pagos enquanto meros coletores, recebendo apenas algumas mercadorias e nem sempre as solicitadas fazia com que produzissem cada vez menos (até a própria FUNAI declarar a atividade "não lucrativa" no Posto Indígena Sororó). Na verdade, o segundo fator sempre pareceu dominar, pois mesmo após terem reavido de direito seus grandes castanhais, não os exploravam ou, como chegaram a fazer em 1979, entregaram a produção aos mesmos grandes proprietários vizinhos, uma vez que poderiam ser melhores "patrões" (que lhes ofereceriam melhor remuneração pelo trabalho de coleta).

Já por algumas vezes os Surui tentaram produzir a safra de forma autônoma, tal como o fazem desde 1976 os índios Gaviões do Posto Indígena Mãe Maria (a quem os Surui visitaram por diversas ocasiões, como o intuito de "aprender a fazer a safra sozinhos"). No entanto, a ausência de recursos e de estímulo vinha impedindo a sua realização.

O trabalho nas roças é uma atividade tradicional realizada pelas famílias nucleares entre os Surui. Obedecendo a disposições espaciais ligadas à estrutura clânica do grupo, cada família tem sua pequena roça de mandioca, batata, inhame, milho, cana, algodão, banana e arroz. No entanto, em termos de subsistência, o plantio das roças não chega a ser suficiente, pois os Surui não dispõem de um excedente comercializável, uma vez que dependem de bens industrializados que acabaram por se tornar indispensáveis. Como as mercadorias obtidas por ocasião das safras de castanha não são suficientes para o "verão" (época da seca), muitos dos homens adultos - os Surui contam atualmente com uma população de 83 pessoas - passaram recentemente a trabalhar nas vizinhanças em regime de parceria com os regionais, na derubada e limpeza de roçados e pastagens.

3- Objetivos do projeto

Em meados de 1979, o Centro de Trabalho Indigenista recebeu uma carta de um dos componentes da aldeia Surui solicitando nossa colaboração para que pudessem realizar a safra de castanha deste ano (que ora transcorre) de forma autônoma. A este fator, aliou-se a firme disposição dos ín-

dios Gaviões - que habitam a 150 km ao norte dos Surui - em auxiliá-los nas transações comerciais da safra, efetuando as operações de venda direta aos exportadores juntamente com a sua produção.

O objetivo imediato do projeto consiste no financiamento de todas as atividades ligadas à safra de castanha de 1981 dos índios Surui, o que garantirá a ocupação efetiva de seu território e o controle do processo produtivo de castanha como um todo, ou seja, desde o momento da produção mesma, até a circulação de bens daí resultante, promovendo assim a auto-determinação do grupo.

Todos os trabalhos para a extração da safra de castanha são eminentemente braçais e serão realizados pelos próprios Surui. Na região do rio Tocantins, as tarefas para a coleta iniciam-se por volta de outubro, quando faz-se a limpeza das "colocações", dos caminhos e estradas na mata, a construção de pontes e mata-burros. Neste período é necessário o abastecimento de gêneros alimentícios e munição - o chamado "aviamento" da safra - que se estenderá por todo o período das chuvas. No início de janeiro, estas tarefas devem ter sido completadas para que a coleta em si seja iniciada. Com as primeiras chuvas os ouriços caem das castanheiras, são agrupados e cortados com terçados. A castanha extraída é em seguida transportada por uma tropa de muares (animais que os Surui manejam bem, pois são o meio de transporte usual na região) ou em cestos nas costas, dependendo do local, até um depósito nas proximidades da rodovia OP-2. Depois de cuidadosamente lavada e escolhida, para que não se deteriore, ela ficará estocada por um curto período de tempo para ser transportada por caminhão (fretado) em diversas viagens até os depósitos dos índios Gaviões, onde após devidamente medida (em hectolitros) será anexada à produção destes últimos para ser vendida em Belém, diretamente aos exportadores. A produção de castanha dos Surui é estimada em cerca de 800 a 1.000 hectolitros (a cada dois anos há uma grande variação na produção de castanha de toda a região do médio Tocantins). Este ano, o preço do hectolitro oscilou, em Belém, entre Cr\$900,00 e Cr\$1500,00. Mesmo que a safra do próximo ano seja maior, o preço nunca vai aquém do mínimo da safra anterior.

A mediação dos índios Gaviões dar-se-á por uma questão de facilitar-lhes inicialmente o acesso ao mercado de castanha-do-Pará, como um mecanismo de aprendizagem para manipulação futura pelos próprios Surui, independentemente da ingerência da unidade administrativa do órgão tutelar a níveis regional e local.

Os Surui dispõem atualmente de um pequeno rebanho de gado bovino (cujas três cabeças iniciais lhes foram doadas em 1972) com vistas à produção de leite para consumo. Parte da renda obtida com a comercialização da safra de castanha de 1981 será aplicada na melhoria do rebanho e das pastagens já existentes, que deverão ser cercadas, além da aquisição de sementes para as roças (feijão e arroz). Tal como ocorrido entre os Gaviões, os Surui constituirão uma cantina para o abastecimento de bens industrializados durante o "verão", uma espécie de cooperativa comunitária que poderá ser futuramente movimentada com a eventual comercialização de excedentes agrícolas (arroz e milho, principalmente). Outra parcela da renda obtida será destinada ao financiamento da safra seguinte, tal como fizeram os Gaviões inicialmente. Isto uma vez que os mecanismos de financiamento da produção para pequenos produtores pelo Banco do Brasil é tida ainda como extremamente burocratizada e portanto de difícil acesso por parte das populações indígenas, uma vez ^{ainda} que as operações bancárias requerem o aval do órgão tutelar. Um procedimento alternativo e comum na região é a obtenção de um adiantamento, por parte do próprio comprador do produto - no caso o exportador ou seu representante local - para o produtor poder dar início à safra mas que o compromete a entregar-lhe a produção, independentemente da oscilação dos preços do mercado na ocasião, o que evidencia grande desvantagem para o produtor.

Cabe ressaltar finalmente que a administração e aplicação da renda resultante da comercialização da safra de 1981 ficará aos cuidados dos próprios Surui, mediante assessoria dos responsáveis pelo Projeto.

4- Responsáveis pelo projeto

O Centro de Trabalho Indigenista, encaminhando o Projeto Surui é responsável por ele, estando diretamente vinculados a sua execução o índio Tiure (que reside no Posto Indígena Mãe Maria, com os Gaviões) e a sua coordenação geral a antropóloga Iara Ferraz, ambos membros do CTI e que por vários meses já permaneceram entre os Surui do Posto Indígena Sororó.

- ORÇAMENTO -

1) Construção de um barracão de madeira para depósito de castanha.	50.000,00
2) Compra de 8 (oito) muares para transporte da castanha.	80.000,00
3) Compra de arreios, cangalhas e sacos.	15.000,00
4) Serviços de preparação da safra (construção de mata-burros e barracas, limpeza e abertura dos ramais).	100.000,00
5) Mercadorias para a cantina-cooperativa (querosene, óleo, sal, pilhas, lanternas, munição, facões, roupas de trabalho etc...) . . .	350.000,00
6) Despesas dos responsáveis pelo projeto para viagens a Belém e Marabá	70.000,00
7) Despesas do projeto(xerox, correspondência, viagens eventuais de membros da comunidade). . .	35.000,00
	<hr/>
Sub-total	700.000,00
8) Administração do projeto pelo CTI (5%). . . .	35.000,00
	<hr/>
TOTAL	735.000,00

São Paulo, 20 de Junho de 1980